



2019

DIÁLOGOS SENSÍVEIS: PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE SABERES DIVERSOS

## CARTA DE ACEITE

Prezada, Fernanda Ely Borba.

Esta comissão organizadora tem o prazer de comunicar que seu trabalho intitulado **Migração por Dependência e as Repercussões para os Vínculos Familiares de Migrantes Haitianas Radicadas em Chapecó/SC: estudo à luz dos feminismos negros e decoloniais**. Em coautoria com Teresa Kleba Lisboa, foi aceito no grupo de discussão **Narrativas Históricas**, que ocorrerá no 1º Encontro Pós-Colonial e Decolonial: Diálogos Sensíveis: Produção e Circulação de Saberes Diversos, de 23 a 25 de outubro de 2019, na FAED - Campus I da UDESC, em Florianópolis. Data: 25 de outubro de 2019.

Atenciosamente

**Luisa Tombini Wittman**

Coordenadora do AYA  
Departamento de História  
Programa de Mestrado em Ensino de História (ProfHistória)

**Claudia Mortari**

Vice-coordenadora do AYA  
Departamento de História  
Programa de Mestrado em Ensino de História (ProfHistória)  
Programa de Pós-Graduação em História (PPGH)

[ayaencontroposcolonial@gmail.com](mailto:ayaencontroposcolonial@gmail.com)

<https://www.ayaencontro.com/>

Florianópolis, 24 de setembro de 2019.

# **Migração por Dependência e as Repercussões para os Vínculos Familiares de Migrantes Haitianas Radicadas em Chapecó/SC: estudo à luz dos feminismos negros e decoloniais**

Fernanda Ely Borba\*

Teresa Kleba Lisboa\*\*

## **Resumo**

A migração haitiana para o Brasil tomou força a partir do ano de 2010. Registra-se significativa presença feminina haitiana em Chapecó/SC, tornando-se comum os apelos para o auxílio financeiro na reunificação familiar. Face a isso, lançar mão de categorias próprias dos feminismos do Sul Global almeja contribuir na sustentação teórica às problematizações decorrentes da desigualdade econômica que incidem na violação de direitos humanos de gênero de tais migrantes, posto que ao emigrarem do país de origem, defrontam-se com o afastamento do(a)s filho(a)s. Está em curso estudo exploratório de natureza qualitativa, cujo levantamento bibliográfico foi eleito como instrumento de coleta de dados. A ausência de políticas de reunificação familiar pautadas na interseccionalidade é reveladora do regime escravocrata que permeia a realidade brasileira.

**Palavras-chave:** Migração por dependência; feminismos negros e decoloniais; migrantes haitianas

## **Introdução**

O artigo em apreço é resultante do itinerário percorrido até o momento pela pesquisa proposta no anteprojeto de tese originalmente intitulado “Narrativas da Saga Empreendida pelas Migrantes Negras Estrangeiras Radicadas em Chapecó/SC para Retomar a Convivência Familiar com os(as) Filhos(as)”, desenvolvida no âmbito do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (DICH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

---

\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Graduada e Mestre em Serviço Social pela UFSC. Especialista em Abordagens da Violência contra Criança e Adolescente pela PUC/RS. Especialista em Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais pela UnB. Integrante do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Saúde, Sexualidades e Relações de Gênero (NUSSERGE/UFSC). Assistente Social do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, lotada no Fórum da Comarca de Chapecó. E-mail: fernandaely\_borba@hotmail.com

\*\* Professora Titular Aposentada da UFSC. Graduada em Serviço Social pela UFSC, Mestre em Sociologia Política pela UFSC, Doutora em Sociologia pela UFRGS e Pós Doutora pelo Programa Universitário de Estudos de Gênero da UNAM (México). Coordenadora do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC). Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Saúde, Sexualidades e Relações de Gênero (NUSSERGE/UFSC). E-mail: teresa.kleba@ufsc.br

Inscrita na área de concentração “Estudos de Gênero” e na linha de pesquisa “Gênero e suas inter-relações com geração, etnia, classe”, a investigação científica encontra-se na fase inicial, centrando-se no estudo exploratório, de natureza qualitativa, cujo levantamento bibliográfico foi eleito como instrumento de coleta de dados. Ainda, estão em andamento entrevistas com migrantes haitianas radicadas em Chapecó/SC, privilegiando-se o arcabouço teórico das trajetórias de vida (LISBOA, 2003) como fio condutor para a condução desta etapa da coleta de dados.

Tal empreitada almeja conferir sustentação teórico-metodológica às problematizações em torno das incidências da desigualdade econômica na violação de direitos humanos de gênero e raciais de migrantes negras estrangeiras radicadas em Chapecó/SC – privilegiando-se aqui a migração haitiana –, que ao partirem do país de origem em busca de melhores condições de vida para si e familiares, invariavelmente defrontam-se com o rompimento provisório ou definitivo da convivência com o(a)(s) filho(a)(s).

Iniciada no primeiro semestre de 2018, a maturação dos estudos teóricos conduziu à metamorfose do tema de pesquisa, operando-se da seguinte forma (provisória): “Migração por Dependência e as Repercussões para os Vínculos Familiares de Migrantes Haitianas Radicadas em Chapecó/SC: estudo à luz dos feminismos negros e decoloniais”.

Pelo exposto, o trajeto percorrido no levantamento bibliográfico em comento é estruturado da seguinte forma: 1) a colonialidade do poder e do gênero e as epistemologias feministas como referenciais epistemológicos privilegiados; 2) a interseccionalidade e a centralidade da experiência das mulheres negras para a construção de saberes e de conhecimentos científicos; 3) a migração por dependência e síndrome emigratória como recursos analíticos para compreender a diáspora haitiana para a região Sul do Brasil, inscrita no eixo das rotas migratórias do Sul Global.

### **1) A colonialidade do poder e do gênero e as epistemologias feministas como referenciais epistemológicos privilegiados**

As análises provenientes dos estudos decoloniais revelam-se profícuas para compreender as incidências dos processos migratórios em escala global como resultantes de relações de poder desigual que conjugam a reiteração dos processos de colonização articulados ao capitalismo e ao patriarcado. Possibilitam, assim, a análise crítica a respeito

da continuidade das relações coloniais de dominação e opressão na contemporaneidade com o protagonismo epistemológico do Sul Global.

As contribuições do grupo de estudos latino-americano sobre a relação Modernidade/Colonialidade e o feminismo decolonial integram este movimento mundial. De acordo com Ballestrin (2013), o grupo de estudos Modernidade/Colonialidade é partidário da “opção decolonial” como estratégia epistêmica, teórica e política para o entendimento da perpetuação da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva. Nos marcos da globalização, categorias como cultura, marcadores de diferença social (classe, raça, etnia, gênero), migração e diáspora inscrevem-se como categorias indispensáveis para a compreensão das lógicas coloniais modernas.

Uma das categorias teóricas explicativas de tais dinâmicas impulsionadoras da perpetuação da desigualdade social criadas pelo grupo de estudos Modernidade/Colonialidade diz respeito à colonialidade do poder. Originalmente cunhada por Aníbal Quijano no ano de 1989, tenciona aguçar o olhar para a “continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial” (GROSFOGUEL, 2008, p.126).

Para Quijano (2002), a colonialidade do poder é um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da ideia de “raça”. Essa ideia e a classificação social e baseada nela (ou “racista”) foram originadas há 500 anos junto com América, Europa e o capitalismo. São a mais profunda e perdurável expressão da dominação colonial e foram impostas sobre toda a população do planeta no curso da expansão do colonialismo europeu. Desde então, no atual padrão mundial de poder, impregnam todas e cada uma das áreas de existência social e constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva. São, por isso mesmo, a base intersubjetiva mais universal de dominação política dentro do atual padrão de poder.

A força e a violência são requisitos de toda dominação, mas na sociedade moderna não são exercidas de maneira explícita e direta, pelo menos não de modo contínuo, mas encobertas por estruturas institucionalizadas de autoridade coletiva ou pública e “legitimadas” por ideologias constitutivas das relações intersubjetivas entre os vários setores de interesse e de identidade da população.

Inscrito no movimento dos estudos decoloniais, o feminismo decolonial igualmente foi propulsor do giro epistemológico (BALLESTRIN, 2013), com vistas à

revisão crítica das estruturas de dominação do conhecimento e dos poderes por ele instaurados.

Algumas das principais críticas do feminismo decolonial relacionam-se ao entendimento das mulheres do Terceiro Mundo enquanto uma categoria monolítica e cristalizada a partir das concepções de pobreza, analfabetismo, submissão, caracterizando-se numa análise normativa e binária, reiteradora da lógica colonialista. Por conseguinte, chama a atenção para a marginalização das mulheres no interior da sociedade colonial/patriarcal.

Importante notar que a opressão colonial opera de modo significativamente diferente para homens e mulheres, haja vista que estas últimas são duplamente colonizadas, à medida que são submetidas ao poder da dominação colonial do império e à dominação masculina do patriarcado.

Representante do feminismo decolonial, Lugones (2016) aponta que a modernidade organiza o mundo em categorias homogêneas e estanques. Para a autora, é precisamente a categorização dicotômica e hierárquica deste sistema que orienta todo o sistema racial, de gênero e sexualidade.

Reflete que a dicotomia central da modernidade consiste na cisão entre o humano e o não humano, o que foi crucial para a construção da racionalidade colonizadora, pois conferiu a autorização simbólica para a categorização dos povos não brancos como mais próximos ou mesmo pertencentes ao polo animal.

Paralelamente, procedeu-se à distinção entre homens e mulheres. Ao mesmo tempo que “ser civilizado” aproxima um sujeito do humano, ser “selvagem” o aproximaria do animal. Consolidou-se assim o entendimento de que apenas homens e mulheres poderiam ser civilizados e só poderiam ser homens e mulheres aqueles que não fossem animalizados. Em decorrência disso, nesta relação colonial “pessoas colonizadas tornaram-se machos e fêmeas”.

Partindo desse raciocínio, Lugones (2016) encara a diferença colonial como categoria imprescindível para a compreensão dos processos de resistência e de descolonização do gênero. Dá-se assim a virada do feminismo decolonial.

A autora evidencia que a restrição do foco para a dimensão tão somente racial ou apenas de gênero é insuficiente para contextualizar as lutas das mulheres colonizadas, posto que a existência dessas mulheres é marcada pelos processos de racialização, colonização, exploração capitalista e heteronormatividade. A análise conjunta dessas opressões é nomeada por Lugones (2016) como “colonialidade do gênero”.

Subsidiada por Mohanty, Matos (2010) enaltece a insurgência da solidariedade transnacional amparada na teorização do lugar de migrantes, pobres, mulheres de cor na narrativa dos estudos feministas sobre a cidadania, o que até então não aparecia nas teorias feministas ocidentais. Outro aspecto importante diz respeito às articulações entre o feminismo acadêmico e os movimentos sociais anticapitalistas.

Matos (2010) propõe uma teoria política feminista a partir do Sul com base na quarta onda do feminismo brasileiro, que poderia ser definida como um processo de democratização de gênero no âmbito das instituições e da (re)formulação de políticas públicas.

A ascensão do feminismo decolonial favorece a incorporação das vozes subalternas e das possíveis transformações nos papéis de gênero, colocando em movimento novas práticas e saberes. O exercício de pensar a partir das margens possibilita a transposição de fronteiras culturais, à medida que questiona a imposição de hierarquias que exclui grupos sociais estigmatizados, dentre eles as mulheres periféricas.

Nesse diapasão, deslindar os processos nos quais a desigualdade de gênero é engendrada e perpetuada requer o aporte de referenciais teórico-metodológicos consistentes e, nessa seara, as teorias feministas têm se mostrado deveras contributivas. Salgado (2008) incursionou por tal universo epistemológico para trazer à baila as principais contribuições das teorias feministas com o fito de impulsionar a construção de uma sociabilidade livre de opressões de gênero.

De acordo com a autora, a teoria feminista configura-se num vasto campo de elaboração conceitual, cujo objetivo fundamental centra-se na análise das condições de opressão das mulheres. Tenciona explicitar a multiplicidade de fatores que se concatenam para sustentar a desigualdade entre mulheres e homens baseada no gênero, presente nas sociedades marcadas pela dominação patriarcal. Ao mesmo tempo, trata-se de uma elaboração que reconhece amplamente sua intencionalidade, isto é, contribuir para a erradicação dessa desigualdade, por meio da geração de conhecimento de caráter emancipatório.

Amparada em Lagarde (1996, p. 26), Salgado (2008, p. 13) assinala que, face a essa construção teórica, passamos da abordagem do gênero como categoria de análise para a conformação de um campo epistemológico, constituído pela teoria e a perspectiva de gênero. Conseqüentemente, a pesquisa feminista constitui-se num modo particular de conhecer e produzir conhecimento, a partir da compreensão abrangente da dominação, subordinação e opressão a que as mulheres estão submetidas, articuladas a outros

marcadores de diferenciação social. À medida que se propõe a realizar pesquisa de, com e para mulheres, resta evidenciado o viés altamente emancipatório.

Outro aspecto destacado refere-se à relevância da experiência para a pesquisa feminista, cujo ponto de partida consiste na vida real, tanto no tocante à subjetividade concreta quanto em suas implicações sociais (MIES, 1998, apud SALGADO, 2008). Salgado (2008) enaltece ainda as emoções, as decisões e a resolução de dilemas, além da formação coletiva de viver uma condição e situação de gênero enquadrada na história como constituintes da experiência.

Tal premissa repercute na participação diferenciada das mulheres na pesquisa feminista, posto que assumem a centralidade como sujeitos ativos na produção do conhecimento, privilegiando-se a experiência como fonte de construção dos saberes.

É nessa seara que emergem os conhecimentos e saberes provenientes dos feminismos negros, que privilegiam a intersecção do marcador racial ao gênero, classe social, território, etnia, geração, nacionalidade, dentre outros, constituído a partir da valorização da experiência das mulheres negras.

## **2) A interseccionalidade e a centralidade da experiência das mulheres negras para a construção de saberes e de conhecimentos científicos**

Tributário dos estudos da teoria crítica de raça, a ferramenta analítica interseccionalidade foi popularizada mediante as contribuições de Kimberlé Crenshaw, especialmente a partir da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, sediada em Durban, África do Sul, em 2001.

De acordo com a intelectual afro-estadunidense, o conceito de interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e do patriarcado. Permite enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea, o cruzamento e a sobreposição de questões de gênero, raça, etnia e classe, modernos aparatos coloniais. Por conseguinte, configura-se num importante referencial teórico-metodológico para a aproximação da realidade social de sujeitos sociais submetidos a múltiplas formas de desigualdade social.

Partindo dos princípios epistemológicos do standpoint, Crenshaw reconheceu a importância da experiência não apenas para incorporar práticas individuais, mas especialmente ao perceber as mulheres de cor como criadoras de conhecimento. Isso

possibilita conectar os dois lados de produção de conhecimento, a saber, a produção intelectual de indivíduos com menos poder, que estão fora do ensino superior, da mídia de instituições similares de produção de conhecimento, e aquele que emana primariamente de instituições cujo propósito é criar saber legitimado.

Isso posto, Akotirene (2018) evoca a imprescindibilidade da sensibilidade analítica para refletir sobre as experiências das mulheres negras, a partir de um referencial teórico-metodológico pensado por mulheres negras. Ou seja, a interseccionalidade constitui-se numa ferramenta analítica, metodológica proveniente das resistências de pensadoras(es) da diáspora africana, fundada em bases epistemológicas que transpõem a matriz colonial moderna.

Para isso, assinala a importância da ruptura da dependência epistemológica do eixo Europa-Estados Unidos, voltando-se o olhar para a produção teórica dos feminismos negros e pós, des e decoloniais. O que envolve a reorientação geopolítica dos conhecimentos – ou nos termos de Mignolo, uma desobediência epistêmica –, no sentido de a África e a América Latina serem reconhecidas como produtoras de conhecimento.

A interseccionalidade constitui-se num potente referencial para compreender a conversão das diferenças em desigualdade social, aguçando o olhar para os sujeitos sociais atravessados por múltiplas formas de opressão. Permite apreender que apesar de a igualdade social existir no plano formal, os marcadores de raça, etnia, gênero, geração, nacionalidade, religião, dentre outros, criam hierarquias de diferenciação entre as pessoas (HILL COLLINS, 2017).

Subsidiadas pelos constructos teóricos acima descritos, para inspirar a tessitura das narrativas das migrantes haitianas para reaver a convivência familiar com os(as) filhos(as) a partir do momento que se fixaram em Chapecó/SC, estamos percorrendo a literatura de autoria de escritoras negras que abordam temas como a discriminação racial, de gênero e de classe. Nesse sentido, foram privilegiadas até o momento as seguintes leituras: a) os diários da brasileira Carolina Maria de Jesus (JESUS, 2014); b) o romance de formação da zimbabuense radicada nos EUA, Noviolet Bulawayo (BULAWAYO, 2014); c) a poesia de combate da autora moçambicana Noémia de Sousa (SOUSA, 2016); d) o sentido de escrevivência protagonizada pela brasileira Conceição Evaristo em diversos contos, romances e poemas (EVARISTO, 2016).

Nascida em 1914, na cidade de Sacramento, Minas Gerais, Carolina Maria de Jesus tornou-se mundialmente conhecida após a publicação de seus diários na obra “Quarto de Despejo”, o ano de 1960. Uma das primeiras escritoras negras do Brasil,



Carolina é considerada uma das mais importantes escritoras do país. Morou parte da vida na favela do Canindé, São Paulo, sustentando a si mesma e seus três filhos como catadora de papéis. Foi nesta época que registrou suas experiências em diários, cujo conteúdo foi publicado com o auxílio do jornalista Audálio Dantas, materializando o livro “Quarto de Despejo”. O livro fez um enorme sucesso e chegou a ser traduzido em 13 idiomas e distribuído em 49 países.

Natural do Zimbábue, Bulawayo lançou o primeiro em 2014. A obra narra a história de Darling, desde a miserável infância no Zimbábue até a migração para os Estados Unidos. A partir da estória da protagonista e das(os) demais personagens, Bulawayo tece reflexões em torno dos processos migratórios por força da sobrevivência, dos dilemas da migração ilegal, a migração e o desenraizamento cultural, migração e o adoecimento mental e as violências mais simbólicas até as mais concretas a que migrantes – especialmente da perspectiva interseccional (mulheres, negras, pobres) – são expostas no processo migracional.

Nomeada como a “Mãe dos poetas moçambicanos” ou a “grande dama da poesia moçambicana”, Noémia de Sousa em 1926, em Catembe, vila no litoral sul de Moçambique. Símbolo da resistência da mulher moçambicana e africana pela liberdade, Noémia de Sousa utilizou da força e eloquência de sua poesia para dar voz às opressões a que seu povo foi historicamente exposto pelo sistema colonial português.

Sua obra foi constituída ao longo dos anos de 1948 a 1951, e publicada em jornais africanos. Articulada com outros escritores moçambicanos, a caminhada de Noémia de Sousa destacou-se pela poesia de combate. A potência contestadora da poeta acarretou no exílio dela para Portugal, e posteriormente para a França. Ao longo da vida, Noémia de Sousa lutou ativamente pela independência política do país de origem.

Ao final da vida, Noémia de Sousa autorizou a publicação dos 46 poemas por ela concebidos. Deu-se à luz, assim, ao único livro publicado pela autora, intitulado *Sangue Negro*.

Na análise da obra de Noémia de Sousa, são inegáveis as contribuições signatárias do feminismo negro, dentre elas o enaltecimento da ancestralidade traduzida na simbologia do *Sangue Negro*. Ao largo da tessitura das poesias elaboradas por Noémia de Sousa, é demarcada a intencionalidade da escritora de desvelar as chagas do poder colonial e suas derivações de raça, classe e gênero.

Nascida na década de 1940, em Minas Gerais, Conceição Evaristo é filha de uma lavadeira. Teve de conciliar os estudos com o trabalho como empregada doméstica, até a

conclusão do curso Normal, em 1971, aos 25 anos de idade. Mantinha um diário no qual anotava as dificuldades de um cotidiano marcado por sofrimentos e privações. Tornou-se uma das principais expoentes da literatura Brasileira e no contexto internacional, cujas obras foram traduzidas para diversos idiomas. Aprofunda reflexões em torno das desigualdades de raça e de gênero, mediante o resgate das memórias protagonizadas pela população negra, especialmente pelas mulheres.

O fio condutor das obras de autoria de Conceição Evaristo – cujo expoente materializa-se em “Insubmissas Lágrimas de Mulheres” (EVARISTO, 2016) – consiste na fusão das narrativas pessoais àquelas das mulheres as quais a autora escreve, a partir de temas presentes no universo das mulheres periféricas, a exemplo da violência e do machismo. Se o compromisso com a fidedignidade das narrativas transcritas por Evaristo (2016) não consiste numa preocupação da escritora, a capacidade de tradução (ALVAREZ, 2014) dos dramas personificados pelas mulheres negras e pobres, e das estratégias de resistência traçadas pelas personagens, é de tamanha potência, que acaba por colocar em xeque a característica ficcional da obra.

### **3) A migração por dependência e síndrome emigratória como recursos analíticos para compreender a diáspora haitiana para a região Sul do Brasil**

O processo de globalização e suas consequências, como por exemplo, o recrudescimento dos fluxos migratórios, implica na necessidade de pensarmos da perspectiva do conceito de fronteira. Mignolo (2003) aponta que o pensamento fronteiroiro ou *border thinking* é signatário da perspectiva da subalternidade colonial, e se configura numa contribuição para o desvelamento da colonialidade do poder e a identidade cultural de grupos desfavorecidos.

Nesse diapasão, a análise do processo migratório haitiano revela-se bastante profícua para problematizar as injunções entre as problemáticas políticas, econômicas e ambientais que retroalimentam os processos migratórios por força da sobrevivência, sob as lentes da colonialidade do poder e do gênero.

De acordo com Magalhães (2017), a emigração haitiana não consiste num fenômeno novo. Desde os anos 1960, ela tem crescido sistematicamente, em especial para países centrais no sistema capitalista, como Estados Unidos e França. Tais países, historicamente, exerceram o controle econômico, político e militar sobre o Haiti. Importante destacar que a crise econômica de 2008 alterou profundamente a geopolítica

mundial, incidindo na transformação do fluxo emigratório haitiano, que especialmente a partir do ano de 2010, passou a ter o Brasil como um dos principais destinos.

Na escala haitiana, o agravamento do estado de crise permanente pós-2004, com a deposição do presidente Jean Bertrand Aristide, inaugurou um período de instabilidade política, eleitoral e econômica e de fragilidade institucional e de infraestrutura. Situação exacerbada com o terremoto de janeiro de 2010 e as epidemias e desastres ambientais que se seguiram.

O fenômeno da migração haitiana para o Brasil tomou força a partir do ano de 2010, fato esse desencadeado por acontecimentos de ordem econômica, política e ambiental que assolaram o Haiti. Segundo Mejía (2015), mais de um quarto da população haitiana emigrou do país nas últimas décadas, tendo em vista o alto índice de desemprego, alcançando aproximadamente 80% dos(as) haitianos(as). Diante disso, cerca de 25% do PIB haitiano passou a ser composto pelas somas enviadas por emigrantes ao país de origem. Inevitavelmente, a diáspora tornou-se parte da realidade socioeconômica, política e educacional do Haiti.

Dentre as principais razões para a intensa onda emigratória, destacou-se o terremoto havido no Haiti no ano de 2010, que vitimou mais 200 mil pessoas, agravando as precárias condições socioeconômicas enfrentadas até então no país. Se não bastasse, o Haiti foi devastado por uma epidemia de cólera no ano de 2011 (PIOVEZANA ET AL, 2015), (ZENI; FILLIPIN, 2014).

Após o terremoto de 2010, o Brasil tornou-se um destino atrativo para os(as) migrantes haitianos(as) em virtude da facilidade de aquisição do visto humanitário e da imagem propagada pela mídia e reforçada pela presença militar brasileira no Haiti, que indicavam a prosperidade econômica do Brasil. Convergiu ainda a participação do governo brasileiro na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) (MEJÍA ET AL, 2015).

Da perspectiva brasileira, sobreveio um período de crescimento econômico com relativa inclusão social, pela expansão subimperialista ao exterior (inclusive ao próprio Haiti, onde o Brasil está presente desde 2004 através da coordenação da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, a Minustah) e pela realização de grandes eventos internacionais sugere às famílias haitianas a imagem de um Brasil potência. Corroborar a essa ideia relativa facilitação à imigração haitiana no Brasil que as Resoluções Normativas de nº 97 e 102 do CNIg significaram, com, respectivamente, a criação do Visto de Ajuda Humanitário específico aos haitianos.

Zeni e Fillipin (2014) ressaltam que dentre os Estados brasileiros que têm acolhido imigrantes haitianos, se destaca Santa Catarina pelo município de Chapecó, situado na região Oeste. Segundo Piovezana et al (2015), os movimentos migratórios haitianos nesta cidade têm se dado da seguinte forma: a) movimento masculino, impulsionado no ano de 2011 por empresas que foram em busca de imigrantes haitianos para a contratação como força de trabalho; b) movimento feminino, com a chegada das imigrantes haitianas, a maior parte para acompanhar os maridos que já haviam se instalado no Brasil. Os autores destacam a forte presença feminina haitiana em Chapecó, tornando-se comum os apelos veiculados pela imprensa local para o auxílio financeiro da comunidade para contribuir nas viagens em busca da reunificação familiar; c) desencadeia-se assim o terceiro movimento, caracterizado pela chegada dos filhos dos(as) imigrantes haitianos(as).

Uma das consequências dos processos migratórios que assolam o Haiti diz respeito à reconfiguração das famílias das migrantes, as quais são reordenadas a partir transnacionalização dos vínculos familiares. Denominando-se famílias transnacionais, tais agrupamentos familiares, embora distendidos em vários pontos do globo, não perdem os vínculos quando inseridos em novos contextos sociais. Pertencem ao referido agrupamento todas as pessoas envolvidas na situação de migração, sendo tanto os adultos quanto as crianças, tanto quem fica quanto quem migra, quem retorna e quem transita (MEJÍA ET AL, 2015).

As mulheres migrantes de países latino-americanos e africanos, e em específico do Haiti, caracterizam-se pela condição de pobreza e pelos reflexos cotidianos da herança cultural estruturada nas desigualdades de gênero, étnicas e raciais. É nesse contexto que sobrevém a análise do processo de feminização das migrações internacionais, o qual segundo Ramos (2014), é configurado como uma das nuances da migração contemporânea. Nesse sentido, cada vez mais mulheres emigram dos países de origem para fugir de problemas que afetam as mulheres de modo geral: a miséria, a violência, o reduzido acesso à educação, saúde e oportunidade de emprego e renda.

Consoante Mejía et al (2015), as expectativas diante do projeto migratório assumem contornos diferenciados conforme os gêneros. Ao passo que os homens haitianos almejam a formação educacional, a autonomia e a independência financeira, as mulheres haitianas emigram especialmente para oferecer melhores condições de vida para os filhos e demais familiares. Ou seja, para as mulheres haitianas a migração conforma-

se num projeto familiar, no qual aspiram ter renda suficiente para mantê-las no Brasil e enviar dinheiro à família no Haiti:

A maior parte delas deixa um ou mais filhos no Haiti aos cuidados de familiares próximos por falta de condições financeiras para trazê-los. Apesar de que esse projeto migratório visa melhorar a vida das crianças, sobre elas recai grande carga emocional, pois implica estar por longos períodos longe dos pais (MACHADO, 2014), principalmente da mãe (MEJÍA ET AL, 2015, p. 157).

Assim sendo, as migrantes haitianas vivenciam as famílias transnacionais, ou seja, agrupamentos familiares que embora distendidos em vários pontos do globo, não perdem os vínculos quando inseridos em novos contextos sociais. Pertencem ao referido agrupamento todas as pessoas envolvidas na situação de migração, sendo tanto os adultos quanto as crianças, tanto quem fica quanto quem migra, quem retorna e quem transita (MEJÍA ET AL, 2015).

Numa perspectiva de gênero, a supracitada autora reflete que para as mulheres o projeto migratório congrega interesses familiares, envolvendo tanto os membros da família que ficam quanto os que partem. Para enfrentar a dor da separação, perseguem o objetivo de reunificação da família num futuro próximo e de contribuir para a melhoria das condições de vida da família.

Após sediados no Brasil, a maior parte dos(as) migrantes haitianos(as) vê-se frustrado(a) ante à realidade socioeconômica brasileira, caracterizada pelas oportunidades de trabalho em setores operacionais e baseados na superexploração da força de trabalho, por baixos salários e pelo alto custo de vida no Brasil. A este respeito, estudo promovido por Mejía et al (2015) identificou que a remuneração obtida pelas migrantes haitianas, na maior parte das vezes, é insuficiente para sustentá-las no Brasil e enviar auxílio financeiro aos familiares no Haiti. Situação que tem se agravado desde a chegada dos migrantes haitianos ao Brasil até o ano de 2015, em razão do significativo aumento do dólar.

Para compreender o fenômeno emigratório no Haiti, Magalhães (2017) recorreu a dois conceitos-chave: “dependência de remessas” e “síndrome emigratória” no Haiti. De acordo com o autor, o primeiro conceito

[...] expressa a necessidade crescente que algumas famílias envolvidas no processo migratório têm dos recursos enviados pelos familiares ao país de origem. Esta dependência faz menção direta não tanto ao nível dos recursos enviados, mas mais à forma com que estes recursos são utilizados. Neste sentido, as famílias serão dependentes à medida que tais recursos sejam predominantemente utilizados para o consumo, a subsistência da família, o pagamento dos gastos correntes com alimentação e educação, por exemplo (MAGALHÃES, 2017, p. 244).

Magalhães (2017) explicita que as remessas constituem-se num mecanismo de expansão do consumo das famílias receptoras, incidindo numa relação de dependência, a qual é nomeada pelo autor de “dependência de remessas”.

A ausência de estruturas inclusivas no país de origem implica na manutenção do consumo somente com o afluxo de novas remessas, o que incide na emergência de novos fluxos migratórios, caracterizado pela migração de outros familiares que permaneciam no país de origem até então.

Tal sistemática repercute na chamada “síndrome emigratória”, assinala o autor. Fruto de uma condição de dependência de remessas, “expressa a situação limite de centralidade das migrações internacionais para a manutenção material de inúmeras famílias, e a elevação das remessas a um status de elemento da dinâmica migratória – dado que condiciona novos fluxos ao exterior”. (MAGALHÃES, 2017, p. 245)

Portanto, depreendemos da análise do autor que a migração para o Brasil é mais do que um projeto individual, haja vista o fato de configurar-se numa estratégia familiar de manutenção do nível de consumo, prejudicado com o acirramento da crise socioeconômica posterior ao terremoto de 2010 no Haiti.

### **Considerações provisórias:**

As primeiras aproximações teórico-metodológicas possibilitaram reconstruir o seguinte panorama:

Por um lado, o contexto de hipervulnerabilidade a as migrantes haitianas radicadas em Chapecó/SC estão expostas, à medida que no país de origem tinham propriedades, formação educacional, e laços familiares e de amizade. Impelidas pela força da sobrevivência, essas mulheres tiveram que abdicar dos afetos, vindo ao Brasil para ocuparem as piores colocações no mercado de trabalho. Muitas delas, embora tenham ensino superior e dominem várias línguas, trabalham em empresas terceirizadas prestadoras de serviço de limpeza e nas piores colocações nas agroindústrias situadas em Chapecó.

Segundo pesquisas realizadas, as agroindústrias chapecoenses dirigiram-se até a fronteira do Brasil com o Acre para arregimentar as famílias haitianas para trabalharem nas empresas. Desenvolveram políticas empresariais de acolhida destas migrantes, por um prazo determinado, e a partir de então tais migrantes tornaram-se público alvo das políticas públicas brasileiras.

Foi notável a invisibilidade dos marcadores de diferença social das migrantes haitianas (a exemplo da nacionalidade interseccionada ao gênero, raça, etnia, geração) por parte da rede de políticas públicas brasileiras, culminando na incapacidade de compreender as peculiaridades provenientes do desenraizamento social, das questões religiosas e culturais das migrantes. Derivando ainda no isolamento decorrente das dificuldades linguísticas e de comunicação das migrantes.

Aliado a isso, a omissão estatal em operacionalizar legislações como a política de reunificação familiar (portaria interministerial nº 12, de 13 de junho de 2018) e a Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017, de 24/05/2017). O desafio de interseccionar os marcadores de nacionalidade, raça, etnia, gênero e geração em meio ao recrudescimento do neofascismo e do desmonte do sistema de proteção social brasileiro.

Por outro lado, tem se denotado a potência das migrantes haitianas para alertar ao Brasil sobre a força do racismo institucional e estrutural que, insidiosamente, revela-se no espectro sociocultural, político e econômico do país, assim como no âmbito das subjetividades operam na reprodução do racismo nas práticas cotidianas.

O protagonismo de tais migrantes, e ao mesmo tempo o abandono das especificidades que perfazem a questão migratória por parte do Estado e da Sociedade brasileiros, apontam para o racismo institucional e estrutural que ainda persevera no âmbito das relações sociais brasileiras, evidenciando a força com que o regime escravocrata ainda se faz presente na realidade brasileira.

## **Referências:**

- ANZALDÚA, Gloria. La consciência de la mestiza/rumo a uma nova consciência [1987]. *Estudos Feministas*, v. 13, n. 3, setembro-dezembro 2015, pp. 704-719.
- AKOTINERE, Carla. O que é Interseccionalidade? Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2018.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, Brasília, maio/agosto de 2013, p. 89-117.
- BULAWAYO, No Violet. *Precisamos de novos nomes*. Tradução Adriana Lisboa. 1. Ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2014.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos de discriminação racial relativos ao gênero. In: *Revista Estudos Feministas*. V.1. N. 1. Florianópolis: UFSC, 2002. Pp. 171-188.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 10ª. Ed. São Paulo: Editora Ática, 2014[1960].

EVARISTO, Conceição. *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira ecolonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, 2008, p. 115-147.

HILL COLLINS, Patricia. Se perdeu da tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória, *Paragrafo*, Volume 5, nº 1, Janeiro/junho 2017, pp 6-17.

LAGARDE, Marcela. *Género y feminismo. Desarrollo humano y democracia*. Madrid: Horas y Horas La Editorial, 1996.

LISBOA, Teresa Kleba. *Gênero, Classe e Etnia: trajetórias de vida de mulheres migrantes*. Chapecó: Argos, 2003.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. *Revista Estudos Feministas, CFH/CCE/UFSC*, vol. 22, n. 3, 2014, p.935-952. Disponível em: [www.scielo.br] Acesso em: 11 Ago. 2016.

MAGALHAES, Luis Felipe A. *Imigração Haitiana no Estado de Santa Catarina: fases do fluxo, contradições laborais e dependência de remessas no Haiti*. Campinas: Unicamp, 2017.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? In: *Revista de Sociologia Política*, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010. Disponível em: [www.scielo.br]. Acesso em: 11 Ago. 2016.

MEJÍA, Margarita Gaviria; BORTOLI, Jaqueline de; LAPPE, Emeli. Papel das mulheres migrantes nos projetos familiares que mobilizam a imigração haitiana para o Brasil. In: *Anais do IV Simpósio Internacional Diálogos na Contemporaneidade: tecnociência, humanismo e sociedade*. Lajeado: Univates, 2015. P. 154-159.

MIES, Maria: “¿Investigación sobre las mujeres o investigación feminista? El debate en torno a la ciencia y la metodología feministas”, en Bartra, Eli (comp.): *Debates en torno a una metodología feminista*. México: UAM-Xochimilco, 1998.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

PIOVEZANA, Leonel; BORDIGNON, Sandra de Ávila Farias; BERNARTT, Maria de Lourdes; GIACOMINI, Taíze. Movimento migratório no sul do Brasil: o caso dos haitianos na região oeste catarinense. In: *Anais do VI Simpósio nacional de ciência, tecnologia e sociedade*. V. 01. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2015. P. 223-234.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. In: *Novos Rumos: Instituto Astrojildo Pereira*, n. 37, p. 04-28, 2002. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br] Acesso em: 09 Ago. 2016.

SALGADO, Martha Patricia Castañeda. *Metodología de la Investigación Feminista*. Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades (CEIHC) de la Universidad Autónoma de México (UNAM). México: Fundação Guatemala, 2008.

SOUSA, Noémia de. *Sangue Negro. Série Vozes da África*. São Paulo: Editora Kapulana, 2016.

ZENI, Keline. FILLIPIN, Eliane Salette. *Migração haitiana para o Brasil: acolhimento e políticas públicas*. Revista Pretexto. V. 15 n. 2. Belo Horizonte, 2014. P. 11-27.